

**CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA À (CRÍTICA DA)  
PSICOLOGIA BRASILEIRA**

**CONTRIBUCIONES DE LA TEORÍA MARXISTA DE LA DEPENDENCIA A (LA CRÍTICA  
DE) LA PSICOLOGÍA BRASILEÑA**

**CONTRIBUTIONS OF THE MARXIST DEPENDENCE THEORY TO (THE CRITIQUE  
OF) BRAZILIAN PSYCHOLOGY**

DOI: <http://doi.org/10.9771/gmed.v14i1.48030>

Pedro Henrique Antunes da Costa<sup>1</sup>

Tadeu Mattos Farias<sup>2</sup>

**Resumo:** No artigo, esboçamos contribuições da Teoria Marxista da Dependência à (crítica da) psicologia brasileira. Para isso, analisamos historicamente a condição dependente da psicologia brasileira hegemônica e sua função social em nosso capitalismo dependente, explicitando: como sua consolidação se deu em meio à consolidação do próprio capitalismo dependente; as interfaces da psicologia com a superexploração da força de trabalho e com a autocracia burguesa; e como a sua popularização também se refere à ampliação do mercado psi. Por fim, sinalizamos saídas à psicologia para superar sua condição dependente e contribuir na superação de nosso capitalismo dependente.

**Palavras-chave:** Psicologia. Capitalismo dependente. Teoria Marxista da Dependência. Marxismo. Brasil

**Resumen:** En el artículo, esbozamos contribuciones de la Teoría Marxista de la Dependencia a la (crítica de) la psicología brasileña. Para ello, analizamos históricamente la condición dependiente de la psicología hegemónica brasileña y su función social en nuestro capitalismo dependiente, explicando: cómo su consolidación se dio en medio de la consolidación del capitalismo dependiente; las interfaces de la psicología con la sobreexplotación de la fuerza de trabajo y con la autocracia burguesa; y cómo su popularización también es la expansión del mercado psi. Finalmente, señalamos caminos para que la psicología supere su condición dependiente y contribuya a la superación de nuestro capitalismo dependiente.

**Palabras clave:** Psicología. Capitalismo dependiente. Teoría Marxista de la Dependencia. Marxismo. Brasil

**Abstract:** In the article, we outline contributions of Marxist Dependence Theory to (the critique of) Brazilian psychology. For this, we historically analyze the dependent condition of hegemonic Brazilian psychology and its social function in our dependent capitalism, explaining: how its consolidation took place in the midst of the consolidation of dependent capitalism itself; psychology's interfaces with overexploitation of the workforce and with bourgeois autocracy; and how its popularization also refers to the expansion of the psi market. Finally, we point out ways for psychology to overcome its dependent condition and contribute to overcoming our dependent capitalism.

**Keywords:** Psychology. Dependent capitalism. Marxist Dependency Theory. Marxism. Brazil

### **Introdução**

No presente artigo, esboçamos algumas contribuições da Teoria Marxista da Dependência (TMD) à (crítica da) psicologia brasileira. Trata-se de um artigo teórico, em que analisamos o desenvolvimento e

função social da psicologia brasileira no seio do desenvolvimento de nosso capitalismo dependente, extraindo elementos para a edificação de um projeto ético-político psi contra-hegemônico, orientado à superação de nossa dependência econômico-política, social e cultural e, nesse interregno, à superação da dependência na/da própria psicologia. Nisso, revisitamos alguns dos clássicos da TMD, dialogando com aportes de importantes interpretações oriundas da tradição marxista no pensamento social brasileiro e, no caso da psicologia, nos debruçamos em documentos históricos e trabalhos historiográficos da sua consolidação e do seu desenvolvimento na particularidade de nossa formação social.

Grosso modo, as motivações do trabalho referem-se ao caráter autocentrado da psicologia hegemônica em nossa região - na forma de uma *psicologia dependente* que analisaremos no decorrer do trabalho -, que se relaciona: (a) ao desenvolvimento da psicologia, como ciência e profissão, relativamente descolado de outros complexos do saber-fazer das ciências humanas (sociologia, economia, antropologia etc.), furtando-se assim de inúmeros aportes que viriam a robustecer e aprofundar sua *práxis* em nossa realidade; e (b) ao desconhecimento e descolamento das necessidades da classe trabalhadora. Ademais, trazer a TMD para o debate visa fazer frente às variadas concepções que se propõem críticas e que hoje abundam na psicologia, todavia, se sustentam fundamentalmente em orientações irracionalistas, pós-estruturalistas, pós-modernas, em suas múltiplas expressões, que recorrentemente rejeitam ou minoram qualquer possibilidade de contribuição do marxismo para pensar os problemas candentes das maiorias exploradas e oprimidas, com destaque para as especificidades dos povos latino-americanos.

Ignácio Martín-Baró (2011, p. 181), importante psicólogo salvadorenho, ao indagar sobre a contribuição da psicologia na América Latina, aponta que

a contribuição da Psicologia, como ciência e como práxis, à história dos povos latino-americanos é extremamente pobre. Certamente, não faltaram psicólogos preocupados com os grandes problemas do subdesenvolvimento, dependência e opressão que agoniam os nossos povos. Mas, na hora de se materializar, em muitos casos, essas preocupações tiveram de ser canalizadas por meio de um compromisso político pessoal, à margem da Psicologia, cujos esquemas eram inoperantes para responder às necessidades populares

O autor continua sua análise, reforçando a constatação da pobreza da psicologia latino-americana ao compará-la com outros campos do saber-fazer. Nesse movimento, cita como exemplos a rica produção literária latino-americana, a Teologia da Libertação e a teoria da dependência. Segundo ele: “a teoria da dependência foi um esforço original da Sociologia da América Latina para explicar a razão de ser da situação de subdesenvolvimento de nossos países” (MARTÍN-BARÓ, 2011, p. 182), sem incorrer em moralismos, subjetivismos, particularismos e complexos de inferioridade. No caso da psicologia, a exceção apontada pelo autor é a pedagogia libertadora de Paulo Freire, em que as contribuições da psicologia advieram, justamente, do diálogo com outras áreas das ciências humanas, como a pedagogia. Com tais apontamentos é também possível observar como Martín-Baró não se fundamenta apenas no marxismo, sendo, em nossa avaliação, um *marxismo heterodoxo* - podendo ser, inclusive, alvo das críticas de Marini (2017a) ao *ecletismo* como um dos “desvios” do campo marxista na análise das particularidades da região. Todavia, acreditamos que é a influência do pensamento marxiano e marxista que instrumentaliza Martín-Baró na colocação dos

problemas fundamentais para a psicologia latino-americana, o que nos permite ver na TMD um referencial crítico aliado do projeto *baroniano* de libertação da psicologia.

Nesse sentido, acreditamos que a superação da condição de pobreza da psicologia (Martín-Baró usa também os termos “miséria” e “escravidão”, como veremos a seguir) passa por um movimento de questionamento e crítica internos, isto é, da própria psicologia, mas cujos aportes substancialmente estão *fora* da psicologia: em outros campos do saber-fazer e na própria realidade, nos chãos históricos e nos pés de quem os pisa e os assenta. Buscaremos demonstrar, a partir do exemplo concreto das contribuições da TMD, como podemos construir um projeto ético-político de psicologia que questione seu caráter autocentrado, bem como busque romper com sua miséria.

O artigo encontra-se estruturado em duas partes: (a) uma análise histórica sobre a condição dependente da psicologia brasileira e sua função social para o desenvolvimento de nosso capitalismo dependente; e (b) como podemos superar a condição dependente da psicologia brasileira, contribuindo para a superação da dependência de nosso país. Na primeira parte, analisamos a função social da psicologia hegemônica no capitalismo dependente brasileiro, negritando: (i) como sua consolidação se dá em meio à consolidação de nosso capitalismo dependente; (ii) suas implicações com a superexploração da força de trabalho e com o padrão de dominação burguesa autocrático; e (iii) analisando como a chamada popularização ou democratização da psicologia também se refere a um movimento de ampliação do mercado psi. A partir do exposto, na segunda parte, sinalizamos algumas saídas à psicologia no sentido de superar sua condição dependente, bem como a de nosso capitalismo.

### ***Capitalismo dependente, psicologia dependente? A função social da psicologia no capitalismo dependente brasileiro.***

#### ***Consolidação da psicologia, consolidação do capitalismo dependente brasileiro***

Em conformidade a Lacerda Jr. (2013, p. 218), “a descrição do que ocorre em um complexo específico de ideias e práticas - a psicologia brasileira - deve ser realizada a partir de sua inserção em um complexo mais amplo: a sociedade capitalista brasileira”. Ademais, o capitalismo dependente brasileiro diz de uma formação social particular da totalidade social capitalista. A análise do desenvolvimento da psicologia brasileira, do que ela tem sido (de onde, dialeticamente, se extrai o que não tem sido e o que pode ser), se dá circunscrita à análise das particularidades de nossa formação social capitalista dependente. Ou seja, qual é o contexto em que a psicologia se faz não só psicologia, mas psicologia brasileira? Como ele se expressa na/pela psicologia e é conformado por ela? Quais são as contradições?

A partir do exposto, uma primeira contribuição da TMD à psicologia no que se refere à análise de sua função social no desenvolvimento do capitalismo brasileiro, é como ela possibilita lançar luz sobre a consolidação do capitalismo dependente brasileiro, e como esta também se trata da consolidação da psicologia, como ciência e profissão, que contribui para tal processo. Para isso, iniciamos remetendo à

análise supracitada de Martín-Baró (2011, p. 184), em que o autor destaca que a miséria da psicologia latino-americana (ou sua escravidão)

tem suas raízes em uma história de dependência colonial que não coincide com a história da colônia ibero-americana, mas com a do colonialismo do “garrote e da cenoura” que foi imposto a nós há um século

Por mais que se utilize dos termos “dependência colonial”, Martín-Baró aqui se refere a uma condição dos países latino-americanos que, mesmo após a superação formal dos regimes coloniais, continuavam subordinados aos países e economias centrais do capitalismo, em especial aos Estados Unidos. A nosso ver, o sentido da afirmação *baroniana* é explicado pela categoria de dependência, como fica sinalizado na utilização da expressão “garrote e da cenoura” (*garrote y la zanahoria*), que não possui equivalente no português brasileiro, mas se refere à política de dominação imperialista estadunidense, bem como a demarcação temporal de um século (de meados para o fim do século XIX).

Conforme Ruy Mauro Marini (2017, p. 327), “a situação colonial não é o mesmo que a situação de dependência. Ainda que se dê uma continuidade entre ambas, não são homogêneas” (p. 327). A categoria da dialética *hegeliana* traduzida por suprassunção (*aufheben*) é incontornável quando se trata de caracterizar tal processo histórico. A condição de dependência é a negação da sociedade colonial, mas também conservação de vários de seus elementos, contudo, elevados a um momento qualitativamente novo. Há uma mudança de qualidade da colonização, um salto qualitativo da colonização para a dependência, mesmo que o novo não necessariamente rompa com o *sentido* do velho. E tal *salto* se dá em meados do século XIX, com o desenvolvimento da grande indústria e a consolidação da divisão internacional do trabalho na economia mundial, com a divisão do mundo capitalista em diferentes esferas de produção, em que as formações latino-americanas se inserem e desenvolvem tardia e subordinadamente. Ou seja, de um lado as relações capitalistas se expandem e se impõem por meio do imperialismo; de outro, como sua contraface, configuram-se economias e sociedades dependentes. Dessa forma, é de suma relevância para o argumento aqui desenvolvido que a categoria *dependência*, tal qual formulada pela TMD, atente tanto para a agudização das tendências imanentes do modo de produção capitalista na subordinação aludida, quanto para o engendramento, dialeticamente articulado a essas, de tendências particulares nas formações econômico-sociais dependentes. Assim, a nosso ver, mesmo que usando terminologias diferentes ou por caminhos que não totalmente convergentes, a análise de Martín-Baró converge com a de Marini e da TMD no essencial: o caráter de dependência das formações sociais latino-americanas - em suma, da América Latina. Ademais, nos explicita como que a psicologia produzida na região não passa ilesa ao contexto que a enforma, expressando tal dependência e contribuindo para o seu desenvolvimento, ao passo que sua função social hegemônica se volta para a consolidação da ordem social: do capitalismo dependente<sup>3</sup>.

Dando continuidade ao exercício *baroniano*, num breve resgate histórico sobre o desenvolvimento da psicologia em nosso país, não só evidenciamos tal dependência, como podemos apreender alguns de seus traços particulares, que dizem respeito às particularidades da psicologia brasileira nas particularidades do capitalismo dependente brasileiro. Por mais que a psicologia tenha sido regulamentada enquanto profissão apenas em 1962, isso não significou que os saberes psi não tenham se desenvolvido ou sido utilizados

previamente em nosso país. Pelo contrário, a inexistência de regulamentação da profissão, não impediu que a psicologia contribuísse para o desenvolvimento capitalista brasileiro, especialmente a partir de três campos de inserção e atuação: o da educação; a clínica; e o mundo do trabalho.

Com relação ao último, devido ao processo de industrialização tardio brasileiro em comparação com o centro do capitalismo mundial, a psicologia brasileira se insere nesse âmbito industrial também tardiamente. Ainda assim, ao longo da história dos saberes psi desenvolvidos antes mesmo da institucionalização do campo no Brasil, problemas relativos ao controle sobre a força de trabalho, sobretudo a escravizada, e sob o ponto de vista moral e higienista, foram tematizados, especialmente nos campos da Educação e Psiquiatria (ANTUNES, 2014). Todavia, diferentemente da produção e aplicação da psicologia dos países desenvolvidos, durante a Nova República (1889-1930), os saberes-fazer psi voltaram-se inicialmente para os âmbitos escolar e educacional e da clínica - primeiramente, englobada pela Medicina - se espraiando para o mundo do trabalho conforme as necessidades do desenvolvimento da industrialização tardia. Evidencia-se, assim, uma série de tensões e aproximações entre o âmbito educacional, o mundo do trabalho, a medicina e fisiologia e a clínica psicológica-psiquiátrica, sendo que “muito do que se considera hoje como ‘Psicologia do Trabalho’ recebeu inicialmente o nome de ‘Psychologia Experimental’, ‘Psychologia da Atenção’, ‘Psychotechnica’, ‘Tecno-psychologia’, ou até não recebeu nome específico nenhum” (CASTRO; FACCHINETTI; PORTUGAL, 2018, p. 10).

As primeiras experiências da Psicologia aplicada ao âmbito do trabalho ocorreram na década de 1920, em São Paulo, por meio de estratégias de seleção e orientação profissional. É importante sinalizar o processo social no trânsito do fim do século XIX às primeiras décadas do século XX, que fazem da psicologia não somente expressão desse processo, mas um complexo de função ativa em tal cenário. O proletariado urbano que será superexplorado na indústria, sobretudo a partir dos anos 1930, é oriundo especialmente da imigração europeia e das lavouras de café, a partir de um intenso êxodo rural que marca a crise e o declínio da economia cafeeira e as primeiras décadas da República. Isso leva uma massa de despossuídos para os centros urbanos, dos quais, a maioria é composta por ex-escravizados sem possibilidade de acessar as ocupações da indústria nascente e em expansão. Ao mesmo tempo, para as tarefas de desenvolvimento que começam a ser postas pela burguesia industrial nascente, é necessário um proletariado adaptado às novas necessidades industriais e “passivo” frente à superexploração da força de trabalho e às agruras da miséria urbana e do desemprego. Igualmente, sobretudo a partir da década de 1920, se acompanha também à ascensão de movimentos reivindicatórios da classe trabalhadora urbana e de alguns setores da pequena-burguesia - como é o caso do tenentismo -, emergindo organizações sindicais, partidos políticos, além de movimentos populares como a *Coluna Prestes*, tensionando o próprio estabelecimento da burguesia industrial nascente.

A psicologia, nesse momento, cumprirá função significativa na administração dessa classe trabalhadora, como força de violência *extraeconômica* que atua junto à consolidação das leis econômicas do desenvolvimento dependente. Por um lado, servindo à conformação do proletariado, por meio de sua aplicação nos processos de trabalho (seleção, testes de aptidão); por outro, atuando sobre a superpopulação relativa crescente nas cidades e ajudando a aliviar os tensionamentos sociais derivados desse processo, em

geral condenando os “inaptos” e “insubordináveis” aos manicômios. Nesse sentido, é representativo do vínculo orgânico entre psicologia e essa administração da classe trabalhadora, que vários dos estudos e laboratórios que se dedicavam a pensar os processos de trabalho e a “natureza” do trabalhador desde o século XIX se encontrassem em manicômios, como a Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro (ANTUNES, 2014). Conforme veremos, esse papel dos saberes e práticas psi será uma das marcas permanentes de sua funcionalidade na reprodução da dependência no Brasil, sobretudo nos momentos em que se afirmam no Estado dependente brasileiro tendências ou regimes de cariz bonapartista.

Digno de nota também é o papel que as teorias racistas - fortemente impregnadas nos saberes psi desde o século XIX e que perduram no século seguinte - cumprem na gestão dessa massa urbana. É particularmente significativa a força que a teoria da *degenerescência* possuía, apontando uma suposta tendência à alienação mental mais acentuada nas “raças inferiores”, o que justificava as práticas de higiene social e confinamento em manicômios da população urbana excedente, marcadamente negra.

Retomando o desenvolvimento histórico da industrialização brasileira, a racionalização do trabalho e da educação estavam imbricadas naquele momento histórico, com a segunda subsidiando a primeira, por meio de processos de produção - via adaptação e ajustamento - dos sujeitos que viriam a se tornar os trabalhadores, cujas forças de trabalho seriam superexploradas. Tal cenário irá se modificar na passagem aos anos 1930, com a consolidação de um ramo específico da psicologia no mundo do trabalho, denominada Psicologia Industrial, do Trabalho etc., mesmo que indissociado da atuação na educação. Os movimentos propulsores foram a crise mundial do capitalismo em 1929 e o governo *getulista*, gestando um período descrito comumente como “nacional-desenvolvimentista” ou “ciclo democrático-nacional” (1930-1964) de forte intervenção estatal sobre a economia e fomento às burguesias nacionais, impulsionando a industrialização e conformação de nosso capitalismo tardio, ao mesmo tempo que atravessado pela coerção e contraposição ao ascenso político da classe trabalhadora (BOECHAT, 2017).

Não por acaso, conforme Antunes (2006), é a partir da década de 1930 que a psicologia se consolida em nosso país enquanto disciplina do conhecimento e conjunto de práticas - mesmo que ainda não regulamentadas -, havendo um crescimento significativo de produções, sobretudo da sua aplicação no campo do trabalho. Tal crescimento relacionou-se com o “desenvolvimento do processo de industrialização do país, sobretudo num período em geral dominado pela ideologia do ‘nacional-desenvolvimentismo’” (p. 86). Portanto, a consolidação da psicologia no país esteve atrelada ao projeto “nacional-desenvolvimentista”, à nossa industrialização tardia e, portanto, ao desenvolvimento e consolidação do capitalismo dependente brasileiro, que tem no respectivo período o assentamento de suas bases, como forma de superar nosso dito atraso econômico, político, social e cultural (BOECHAT, 2017).

É na esteira dessa consolidação, aliás, que se dá o processo de regulamentação da profissão, resultando na Lei nº 4119, de 27 de agosto de 1962 (BRASIL, 1962). De acordo com parecer da Comissão de Ensino Superior do Ministério da Educação sobre os projetos existentes de regulamentação da profissão, os “problemas de desajustamento individual, sensivelmente agravados em nossa época, sob a pressão de mudanças sociais muito rápidas” (BRASIL, 1957) justificavam a necessidade de formação e regulamentação da psicologia como profissão. Nos debates da época, a psicologia desempenhava um papel fundamental de

intervenção “na vida social, encaminhando, na medida das necessidades do mercado de trabalho, os mais aptos para os lugares que mais lhes convenham, de melhorar a produção e de favorecer o equilíbrio econômico” (SERVIÇO DE SELEÇÃO E ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL, 1950).

Nada é mais ilustrativo da função social da psicologia, em termos de sua contribuição para o desenvolvimento capitalista brasileiro e, por conseguinte, para o desenvolvimento de nossa dependência, do que as funções privativas do(a) psicólogo(a) instituídas na referida lei que regulamenta a profissão e que vigoram até hoje, a saber: “a) diagnóstico psicológico; b) orientação e seleção profissional; c) orientação psicopedagógica; d) solução de problemas de ajustamento” (BRASIL, 1962, s/p). Temos, então, o desenvolvimento da psicologia brasileira, ancorado no tripé educação-clínica-trabalho, pautado - e pautando - um *modus operandi* de ajustamento, adaptação, controle e normatização não apenas classistas, mas racistas e eugenistas e de cariz psicologizante e individualista. Não por acaso, segundo Yamamoto (1987, p. 39), a despeito das especificidades dos três principais campos de inserção e atuação da psicologia - educacional/escolar, clínica e mundo do trabalho -, “os profissionais das três áreas desempenham a mesma função reguladora e adaptativa - portanto, ideológica; a diferença reside na esfera na qual exercem tais atividades”.

Se a dependência consiste numa “relação de subordinação entre nações formalmente independentes” (MARINI, 2017a, p. 327), de modo que o desenvolvimento capitalista das nações subordinadas se dá assegurando a reprodução ampliada da dependência - e o seu recrudescimento -, ou seja, “a consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência” (p. 327), ao contribuir para nosso desenvolvimento capitalista, a consolidação e o desenvolvimento da psicologia brasileira não só expressou na sua hegemonia tal dependência, mas colaborou para sua reprodução ampliada. E tal relação de dependência se expressará não “somente” na/pela função social que a psicologia desempenha para o desenvolvimento de nosso capitalismo dependente, como também na própria psicologia, na sua subordinação teórico-metodológica à psicologia realizada nos países centrais do capitalismo, da Europa ocidental e Estados Unidos, cujas psicologias eram mais “desenvolvidas”. Melhor dizendo, sua contribuição à reprodução ampliada da dependência se deu devido à sua dependência teórico-metodológica e a sua dependência teórico-metodológica se relacionou à sua função social de corroborar ao desenvolvimento da dependência, numa relação dialética. Conforme consideramos a realidade social como complexo constituído de complexos (LUKÁCS, 2013), e que tais complexos se dinamizam de forma articulada, podemos conceber a própria psicologia produzida nos centros do capitalismo mundial como articulada às necessidades fundamentais destas economias, seja em sua dinâmica interna, seja na subordinação das economias periféricas e dependentes. Ao se pautar (importar e reproduzir acriticamente) em modelos, conceitos e teorias de fora - e que reproduzem idealmente as formações sociais as quais emanam e expressam -, em especial dos Estados Unidos, a psicologia brasileira hegemônica se desenvolveu de maneira dependente, como uma cópia inferiorizada da estadunidense, ao mesmo tempo que justificando e impulsionando o desenvolvimentismo do capitalismo brasileiro igualmente dependente. Por exemplo, segundo documento da Fundação Getúlio Vargas (FGV, 1949, p. 16), as técnicas psicológicas a serem utilizadas nas indústrias brasileiras deviam “estender às empresas e organizações nacionais os benefícios

conseguidos na seleção de empregados e operários nos mais importantes países da Europa e América do Norte”.

Tudo isso remete à análise de Theotônio dos Santos (2018) sobre a dependência ideológica e cultural no âmbito das disputas teóricas e acadêmicas que, por sua vez, expressaram a elaboração dos interesses das classes - sobretudo da dominante - impulsionada na/pela criação e desenvolvimento de importantes “centros de cultura e instituições que formam a organização da superestrutura do sistema (p. 238). Em consonância a Boechat (2017, p. 60), “a história da formação desses aparelhos [ideológicos da burguesia] cruza-se com a história da Psicologia brasileira”, como podemos constatar a partir de alguns dos exemplos fornecidos acima. Assim como em outras disciplinas das ciências humanas, observamos na Psicologia uma dependência ideológica manifesta na “internacionalização, pela intelectualidade, das concepções ideológicas da sociedade norte-americana” (SANTOS, 2018, p. 242), criando condições subjetivas não só para a aceitação da dependência, mas para a sua reprodução. Predomina um formalismo empirista, de cariz funcionalista, a-histórico, que, por meio da suposta neutralidade científica, em vez de explicar nossa dependência, a toma como dada, orientando-se à sua reprodução, adequando “nossas sociedades ‘não desenvolvidas’ aos modos de funcionamento do que se entende por sociedade desenvolvida” (p. 243). Em conformidade a Costa e Mendes (2021, p. 7), temos:

uma dependência referente ao desenvolvimento capitalista desigual e combinado (desenvolvimento do “centro”, subdesenvolvimento da “periferia”) expressa na própria dependência da Psicologia Latino-Americana, ao passo que esta contribui para perpetuar essa condição dependente do país e continente: a dialética da dependência na e da Psicologia Latino-Americana.

### ***Psicologia entre a superexploração da força de trabalho e a autocracia burguesa***

Como mencionado, a industrialização brasileira e a ideologia desenvolvimentista que se instaurou a partir dos anos 1930 tiveram como determinação externa a crise de 1929 e os efeitos do período de guerras para a economia mundial, que abriram espaço para a perspectiva de uma industrialização capitaneada pela burguesia nacional. No plano interno, o ciclo democrático-nacional contou com ideologias que defenderam, inclusive à esquerda, uma aliança operário-burguesa para um desenvolvimento nacional anti-imperialista, mas sobretudo com formas variadas de contenção da classe trabalhadora, desde repressão aberta e atuação contra os aparatos da classe (como a recorrente condição de ilegalidade do Partido Comunista Brasileiro, a Lei de Segurança Nacional e o controle varguista sobre os sindicatos), até os instrumentos de adequação de trabalhadores às funções industriais. Entre esses instrumentos está a psicologia, “auxiliando as classes dominantes em seus esforços de diferenciação e disciplinarização da força de trabalho” (BOECHAT, 2017, p. 62).

Esse ciclo também é marcado por uma associação entre as classes dominantes, especialmente burguesia industrial nativa e os grandes proprietários de terras - associação, aliás, que viveu sob constante tensão gerada pelas próprias contradições entre seus interesses, como foi o caso de levante oligárquico paulista de 1932, conforme análise de Marini (2017b). Porém, o acirramento das contradições nas classes dominantes - especialmente quando a reforma agrária e necessidade de criação de um mercado interno,

contrariando os interesses dos setores agrário-exportadores, se colocavam na ordem do dia -, o fim da guerra e a necessidade dos capitais acumulados - sobretudo estadunidenses - encontrarem espaços de valorização, tensionando o Estado brasileiro a abandonar o projeto nacionalista e aumentando progressivamente a presença do capital estrangeiro no país e em associação com capitalistas nativos, o recrudescimento dos movimentos de massa frente à deterioração das condições sociais desde os anos 1950, a fragmentação da esquerda e a insistência de alguns setores na política de aliança com a burguesia local, além de outros fatores, levam ao golpe militar de 1964, apoiado pela burguesia local, grande capital e com papel importante do imperialismo estadunidense.

Nesse momento, a burguesia brasileira aceitou o papel de sócia menor do imperialismo (MARINI, 2017b). Com a derrocada do projeto desenvolvimentista de cunho nacionalista, se acentua a dependência brasileira e as leis de seu desenvolvimento. A implementação da ditadura empresarial-militar é uma ação de contrarrevolução preventiva (FERNANDES, 2020), que assenta o domínio das burguesias nativa e imperialista e o papel associado da primeira, encerrando um período de disputas sociais inaugurado pelo processo de industrialização (LACERDA JR. 2013). Com isso, os mecanismos estruturais de dependência apontados por Marini (2017) ganham novo impulso. Para Ianni (2019, p. 309), o “golpe de Estado [de 1964] concretizou a vitória da opção capitalismo dependente, amplamente determinado pelo grande capital financeiro e monopolista”. Nos importa neste momento, como um desses mecanismos e para aprender o papel da psicologia, sobretudo a *superexploração da força de trabalho* como forma de compensar os mecanismos de transferência de valor.

Os mecanismos de transferência de valor, que se manifestam de diferentes formas, como *deterioração dos termos de intercâmbio, serviço da dívida, remessas de lucros, royalties e dividendos*, por exemplo (LUCE, 2018), são essenciais para o capital manter a dinâmica mundial de acumulação. Trata-se de uma das contratendências para contra-arrestar a tendência à queda da taxa de lucro, conforme apreendida por Marx (2017) e expressa na *Lei da queda tendencial da taxa de lucro*. Isso implica que parte significativa da mais-valia produzida na exploração da classe trabalhadora nos países dependentes, é apropriada pelos capitalistas das economias centrais. Como forma de compensar tais perdas, a burguesia dependente – no já referido papel de sócia menor – lança mão de formas de relação social em que a corporeidade viva da força de trabalho é submetida a um desgaste prematuro, e/ou a reposição de seu desgaste acontece de forma que a força de trabalho não é restaurada em condições normais, ou seja, uma relação de superexploração (LUCE, 2018; MARINI, 2017a; 2017b).

Ao caracterizar a superexploração da força de trabalho, Marini (2017), num nível de abstração inferior ao de Marx - que busca apreender em sua teoria do valor as leis gerais de funcionamento do modo de produção capitalista (MPC) - destaca três de seus elementos ou formas como ela se desenvolve na particularidade do capitalismo dependente, estejam eles em conjunto ou separados: (a) o prolongamento da jornada de trabalho, com extração de mais-valia absoluta; (b) a intensificação do trabalho, sem a necessidade de ampliação da jornada, resultando em maior extração de mais-valia relativa; e (c) a apropriação de parte do fundo de consumo do trabalhador necessário para repor a sua força de trabalho, de modo que a remuneração não seja suficiente para a sua reprodução social. De acordo com Marcelo Dias Carcanholo

(2013), num importante movimento de elucidação teórica no próprio bojo da TMD, a categoria da superexploração da força de trabalho é o fundamento do capitalismo dependente. Além disso, ela deve ser compreendida na relação com as demais categorias centrais da dependência, como é o caso da *transferência de valor*, de forma a evitar confundir a *superexploração*, especificidade do capitalismo dependente nos marcos da totalidade social capitalista, com formas de acréscimo quantitativo da exploração, que podem ocorrer, e efetivamente ocorrem, inclusive nas economias centrais do MPC. Ainda conforme Carcanholo (2013), ao deslindar a circunscrição da análise *mariniana* à teoria do valor de Marx e explicitar o sentido de exploração nesta, ao mesmo tempo que ressalta como a TMD opera em um nível menor de abstração que o *marxiano*, apreendendo a concretude das particularidades do capitalismo dependente: “superexploração, se significar apenas ‘mais exploração’, não tem maior significado teórico, para além de meras formas concretas de elevação do grau de exploração, de aumento da taxa de mais-valia” (p. 75).

No caso da psicologia brasileira, apesar de não ser a responsável pela superexploração da força de trabalho, ao encontrar-se circunscrita às relações sociais de produção específicas do capitalismo dependente e o seu padrão de reprodução do capital (OSORIO, 2012), acaba por ser constituída por tais determinações, com destaque para as técnicas da psicométrica, processos de seleção e orientação profissional e a gerência adaptativa dos processos de trabalho, visando o incremento da industrialização brasileira e a racionalização de sua administração - isto é, uma maior produtividade e extração de mais-valia. Como supracitado, isso se dá num ciclo muito bem engendrado que vai desde a preparação e ajustamento do indivíduo a ser superexplorado, bem como a segregação dos que “fogem” da normalidade produtiva - frequentemente embasada em preceitos racistas e sexistas - no âmbito escolar/educacional, passando pelas ações de racionalização no contexto de trabalho propriamente dito, e com a luxuosa complementação da clínica, por meio de uma abordagem aos agravantes psicossociais da superexploração da força de trabalho de maneira psicologizante, individualizante, culpabilizatória e (psico)patologizante, mistificando a complexidade do sofrimento psíquico, negando a sua determinação social nos marcos de nosso capitalismo dependente e contribuindo para a despolitização e o controle da classe trabalhadora, como aprofundaremos a seguir.

Por um lado, a *práxis* hegemônica na psicologia, por meio da aplicação de técnicas psicológicas foi e é fundamental para a produção e extração de mais-valia absoluta, ao produzir ou adaptar os(as) trabalhadores(as) ao prolongamento das jornadas de trabalho, conforme a necessidade de aumento nas taxas de mais-valia. Sua atuação hegemônica nas interfaces entre o âmbito educacional e escolar e o mundo do trabalho orientou-se em grande parte à seleção dos(as) trabalhadores(as) a serem superexplorados, por meio da produção e escolha dos *mais aptos entre os mais aptos*, bem como à sua preparação e/ou adaptação às extensas e degradantes jornadas.

Por outro, de maneira complementar, sua atuação em termos da *organização racional* do trabalho - sem explicitar que se trata da *racionalidade do capital* -, incidiu diretamente na dinâmica de trabalho, como mediadora da relação capital-trabalho, só que orientada a sanar as necessidades de acumulação de nossa burguesia dependente, tendo a superexploração da força de trabalho como elemento compensatório. Sua atuação *racionalizadora* foi e é importante na concretização de uma lógica de intensificação do trabalho, sem haver a necessidade de prolongamento da jornada; pelo contrário, em alguns casos - incidindo também nessa

dinâmica a correlação de forças e a capacidade de mobilização e luta da classe trabalhadora -, a jornada de trabalho até foi reduzida, recrudescendo a superexploração e desvalorizando a força de trabalho (bem como os mecanismos opressivos atrelados a ela). Afinal, nos marcos do modo de produção capitalista, o desenvolvimento da força produtiva do trabalho aumenta a exploração da força de trabalho, ao invés do contrário, tendo como implicação “produzir mais ao mesmo tempo e com um mesmo gasto de força” (MARINI, 2017a, p. 351). No caso das economias dependentes, tal tendência adquire caráter mais insidioso e agudo justamente por ter a superexploração da força de trabalho como seu fundamento. Assim, a psicologia, reproduzindo mantras de cientificidade, da neutralidade e da tecnicidade - que, na verdade, tratou-se de tecnocracia -, incorporou roupagens de assessor(a) de recursos humanos ou gestor(a) de pessoas, sendo, no conteúdo, assessor(a) do(a) capitalista e gestor(a) do capital; de nossa burguesia dependente. Conforme Yamamoto (1987, p. 39),

a tarefa que cabe aos psicólogos dentro das organizações - não aquela de recrutamento ou seleção, muito embora ainda esta não possa ser desprezada, ao menos no Brasil - a de assessor de recursos humanos (leia-se, “mediador” da relação capital-trabalho...) é cada vez mais importante no controle da produção capitalista.

A psicologia contribui, então, para essa maior produtividade, isto é, para o desenvolvimento da força produtiva do trabalho, bem como ao recrudescimento da exploração da força de trabalho já superexplorada. Seus aportes subsidiaram a consolidação e o desenvolvimento da superexploração no que diz respeito ao prolongamento da jornada de trabalho (mais-valia absoluta) e mecanismos de intensificação do trabalho, bem como modelagem do(a) trabalhador(a) aos incrementos tecnológicos, com extração de mais-valia relativa. Ou seja, corroborou a concretização de dois dos três elementos da superexploração da força de trabalho. E cabe salientar, como bem apontou Farias (2017, p. 410), que a “superexploração da [força de trabalho da] classe trabalhadora latino-americana tão discutida pela teoria da dependência só é possível tendo o racismo como seu principal alicerce”, assim como também é necessário considerar as hierarquias provenientes da estrutura patriarcal, encarnadas, por exemplo, na divisão sexual do trabalho e nas opressões de gênero e sexualidades, como muito bem apreendeu Vânia Bambirra em suas análises sobre a condição da mulher na sociedade e na luta de classes (p. ex.: BAMBIRRA, 1972). Ademais, não podemos minorar o papel que a psicologia continuou mantendo como uma das operadoras do saber psiquiátrico e da instituição manicomial como forma de ação sobre a superpopulação relativa, de contenção a administração dos tensionamentos sociais, tendo a “doença mental” ou os “transtornos mentais” como instrumentos “científicos” de legitimação do controle violento sobre os elementos de “distúrbio social” (ALBRECHT, 2019).

Outro elemento da dependência vinculado à superexploração da força de trabalho é a *cisão nas fases de produção e circulação do ciclo do capital*. Em um sentido, a acumulação se completa prioritariamente em circuitos externos, o que implica que o desenvolvimento de um mercado interno não é o fator central da acumulação da burguesia que atua localmente, o que favorece o sacrifício do consumo individual dos(as) trabalhadores(as) em favor da exportação ao mercado mundial (LUCE, 2018; MARINI, 2017). A título de exemplo, analisando os ciclos econômicos no período ditatorial brasileiro até meados da década de 1970,

Marini (1977) aponta para três elementos em que se baseou o desenvolvimento econômico do país no período, a saber: o consumo suntuário, a exportação - com destaque para manufaturas -, e o gasto estatal, atuando como agente econômico fundamental no período. Junto a esse esquema de realização do capital, temos a queda acentuada do salário real da classe trabalhadora no país (MARINI, 1977). Esse divórcio entre a estrutura produtiva e as necessidades das massas se articula à desigualdade social abismal, além da possibilidade de manutenção de uma superpopulação relativa exponenciada em países dependentes - em que o racismo e o patriarcado cumprem funções centrais, conforme apontamos.

Aliado a isso, temos a formação de uma esfera de consumo de bens suntuários, tema que será abordado com mais detalhes na próxima seção. Importa agora considerar que os mecanismos de superexploração e o divórcio entre estrutura produtiva e necessidades das massas se expressa na desigualdade e nos problemas sociais que se desdobram daí no contexto de capitalismo dependente. Disso se desdobra outro padrão da condição dependente, que é o recurso permanente não apenas à violência como forma de gerir a chamada “questão social”, mas uma violência ainda mais recrudescida, configurando um padrão autocrático de dominação burguesa (FERNANDES, 2020). Assim,

a dominação burguesa não é só uma força socioeconômica espontânea e uma força política regulativa. Ela polariza politicamente toda a rede de ação auto defensiva e repressiva, percorrida pelas instituições ligadas ao poder burguês, da empresa ao Estado, dando origem a uma formidável superestrutura de opressão e de bloqueio, a qual converte, reativamente, a própria dominação burguesa na única fonte de ‘poder político legítimo’ (FERNANDES, 2020, p. 371).

Conforme Bambirra (2019), na análise das particularidades das formações sociais dependentes, o Brasil “foi o país no qual tal ruptura se deu de maneira mais radical” (p. 196), de modo que quanto maior a fissura social, mais violento teria de ser seu enfrentamento pelo Estado e, portanto, ainda mais violenta, coercitiva e autocrática seria a sua atuação contra a classe trabalhadora - como aconteceu no regime ditatorial. Marini (1969) também não deixa margem para dúvidas quanto ao caráter repressivo permanente do Estado como forma de garantir a reprodução do capitalismo dependente, por exemplo, apontando a ditadura do Estado Novo (1937-1945) como a consolidação burguesa no poder e sua renúncia definitiva a qualquer tarefa revolucionária - concordando, nesse sentido, com as análises que negavam a possibilidade das burguesias dos países de capitalismo tardio ou hipertardio reproduzirem o caminho das revoluções burguesas clássicas e suas tarefas democratizantes - mesmo nos marcos limitados e contraditórios da sociabilidade burguesa. Igualmente, antes mesmo do golpe de 1964, a “solução bonapartista”, por meio de um governo forte ancorado em certa base popular, se insinuava por pressão das classes dominantes, frente ao recrudescimento das lutas sociais (Marini, 2017b). Contudo, essas iniciativas não resolveram as contradições na consolidação da dominação burguesa que se via cada vez mais ameaçada pelas mobilizações populares, e resolveu apoiar em bloco a intervenção golpista de 1964.

Dessa forma, a despeito das controvérsias da caracterização de Santos (2018, p. 78) da ditadura militar como um “regime totalitário do grande capital tal como definimos o fascismo”, é importante negritar sua argumentação sobre como o desenvolvimento da dependência se pauta na violência exacerbada, de modo que, em um contexto de crise, tende-se a produzir ainda mais repressão, violência e reacionarismo.

Porém, como ele também pontua, esse mesmo desenvolvimento, dialeticamente, nos abre uma janela de oportunidade no sentido de construção do socialismo como alternativa.

Assim, em que pesem os diferentes momentos da ditadura empresarial-militar, temos a acentuação da condição de dependência e da superexploração, o uso do terror de Estado como forma de conter a classe trabalhadora, além da mobilização de um aparato ideológico – midiático, eclesiástico etc. – com fins de legitimar o estado policial e as condições sociais advindas do próprio desenvolvimento dependente. Novamente temos uma participação dos saberes e práticas psi nesse cenário de forma funcional à reprodução da dependência em seu novo arranjo de Estado. Por um lado, as práticas a que já fizemos referência aplicadas ao mundo do trabalho e educação permanecem vigentes, bem como a predominância de referenciais teórico-metodológicos importados (LACERDA JR., 2013). Para a burguesia que precisa compensar as transferências de valor por meio da superexploração da força de trabalho, o instrumental desenvolvido por esses campos de atuação da psicologia continua funcional. Por outro lado, após o golpe há a intensificação do caráter individualista da psicologia, da redução da vida psíquica à esfera privada (LACERDA JR., 2013). Nesse sentido, Coimbra (2004) indica dois aspectos que nos parecem bastante significativos do papel da psicologia no período. O primeiro é a sua aplicação como instrumento de perseguição política aos adversários do regime, por exemplo, na psicopatologização da dissidência sob categorias como “drogado” e “subversivo”, com o próprio Estado buscando psicólogos(as) para examinar perfis psicológicos dos “terroristas”. O segundo aspecto diz respeito a uma “tirania da intimidade” (COIMBRA, 2004). Segundo a autora, há um crescimento da psicologização do cotidiano, trazendo cada vez mais os conflitos, sofrimentos, desdobrados da própria conjuntura, para o foro íntimo dos indivíduos, despolitizando a esfera pública e levando-a para os processos interiores dos sujeitos. Isso se dá sobretudo com o crescimento de uma certa tradição da psicanálise e com o “familiarismo”, uma vez que a “subversão”, o “desvio”, o “desajuste”, é visto amiúde como efeito de “desajustes familiares”. Tal tipo de intervenção, dirigida especialmente à juventude de classe média que era levada a acessar os(as) profissionais psi, junto ao próprio perfil de profissional liberal daqueles que ocupam o espaço da clínica, fazem da psicologia ferramenta do elitismo que marca a dominação burguesa no período, enquanto se mantém nas ruas um forte aparato repressivo acionado contra as massas populares. Contudo, é fundamental evitar o erro de creditar esse tipo de operação do campo psi e sua função social somente ao estado de exceção. Lembremos, conforme já discutimos, que a descrição das funções privativas do(a) psicólogo(a) instituídas na lei que regulamenta a profissão sedimentam um papel já presente no campo antes mesmo de sua regulamentação e expressam esse cariz psicologizante, patologizante da vida social, tão caro ao desenvolvimento dependente em geral quanto a tal desenvolvimento em contexto de ditadura.

Em conformidade com essas análises sobre a atuação da psicologia no período em tela, as próprias associações profissionais da psicologia atuaram alinhadas ao Estado ditatorial, “denotando o compromisso histórico da psicologia com as elites sociais do país” (HUR, 2012, p. 84). Surgidos no momento de recrudescimento da violência de Estado, na sequência do Ato Institucional 5, os Conselhos profissionais da psicologia, cuja lei que dispõe sobre sua criação é de 1971, se dedicaram à fiscalização e disciplinarização do exercício de profissionais do campo, e atuação fundamentalmente corporativista, deixando explícita a

posição de não envolver psicologia e política. Contudo, a suposta neutralidade conforma, na verdade, um alinhamento com o governo ditatorial, o que pode ser visto mais explicitamente nos diplomas de psicólogo honorário concedidos pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) aos ditadores Médici e Geisel (HUR, 2012). Todavia, tal alinhamento se dá também no tipo de atuação que os Conselhos tiveram frente às práticas da psicologia, de caráter corporativista e tecnicista, que reafirmavam o perfil da profissão voltado para atuar sobre problemas de ajustamento dos indivíduos e adequação dos sujeitos às demandas do desenvolvimento econômico dependente, por meio de práticas ligadas ao campo da educação e do trabalho.

Ainda analisando as atividades das instituições representativas nascidas no período, é bastante ilustrativo do caráter elitista, corporativista e vinculado à dependência que um dos temas que hegemonizou os debates do Sistema Conselhos (CFP e Conselhos Regionais de Psicologia - CRPs) nos anos 1970 tenha sido em torno da defesa dos exames psicotécnicos (HUR, 2012). Esse tema era visto como um importante mercado de trabalho. Contudo, nos anos em tela, pouco mais de 9% da população brasileira tinha acesso a automóveis (LUCÉ, 2018). Assim, não só as práticas da psicologia em um sentido podem ser consideradas um bem suntuário, como analisaremos em seguida, como há um alinhamento dessas práticas ao divórcio entre estrutura produtiva e necessidades da maioria da população. É característica das economias dependentes, uma vez que há cisão entre uma alta e uma baixa esfera de consumo e a fixação de mais-valia extraordinária no subsetor de bens suntuários, que certas mercadorias possuam maior *tempo de existência suntuária*, em relação ao que acontece nas economias centrais (LUCÉ, 2017). Ou seja, no momento de maior repressão política e de intensificação das desigualdades, o debate sobre a profissão está alinhado com os interesses do regime ditatorial e das elites industriais - que lucram na alta esfera de consumo.

Assim, podemos dizer que, no momento de recrudescimento da dependência e de constituição de um Estado de ditadura como forma de garantia da dominação de classes no país, a psicologia hegemônica, em seus campos de atuação clássicos - clínica, educação, trabalho -, foi um instrumento dessa mesma dominação. E assim como ressaltamos no que se refere à violência econômica exacerbada na forma da superexploração da força de trabalho, a violência extraeconômica igualmente acentuada - e que tem função também econômica -, na forma do padrão de dominação autocrático, sendo institucionalizado no regime ditatorial, também se voltou prioritariamente à população negra, não-branca constitutiva da classe trabalhadora.

Em suma, a condição de dependência econômica, política, social e cultural, se expressa também no campo psi a partir do momento que seu instrumental teórico-prático é parte da reprodução da condição de dependência - e suas legalidades próprias, como a superexploração, a autocracia -, mas também o próprio mimetismo (MARTIN-BARÓ, 2011) que, ao absorver acriticamente as teorias individualistas, patologizantes, que psicologizam a vida social, se afastam dos traços fundamentais da vida da classe trabalhadora brasileira. Podemos falar, parafraseando Marini (2017b), que, se a psicologia hegemônica nos países imperialistas é funcional ao domínio das respectivas burguesias, no caso da psicologia dependente, ela aceita o papel de *sócia menor* na dominação de classes nos países dependentes.

**Popularização da psicologia: deselitização ou ampliação do mercado psi?**

Cabe salientar que o desenvolvimento da psicologia brasileira, com sua hegemonia se reproduzindo nos marcos supracitados, isto é, como psicologia dependente, não se deu sem crises. Na esteira de tal processualidade, germinaram contradições internas, que resultaram em críticas e embates teóricos, práticos e políticos. Conforme Antunes (2014), muito antes da regulamentação da profissão, já no período colonial ou, mesmo, durante o Império e a Velha República, os saberes psicológicos hegemônicos não se reproduziram sem as devidas oposições, mesmo que limitadas, pontuais e lacunares. Estas, por sua vez, ganharam corpo já com a profissão regulamentada e em franco desenvolvimento junto ao ascenso de mobilização e lutas do final dos anos 1970, num contexto de efervescência social contra a autocracia burguesa institucionalizada no/pelo regime ditatorial.

No caso da psicologia, as críticas e contestações se voltaram em grande parte ao seu caráter elitista, especialmente do carro-chefe da profissão: a clínica privada, nos moldes liberal-autônomo. Ao cruzar os dados socioeconômicos do país com os preços médios de psicoterapia em meados dos anos 1970, Botomé (2010, p. 176), concluiu que “apenas uma parcela aproximada de 5 a 15% das famílias brasileiras poderia pagar, e provavelmente com dificuldade, por serviços de Psicologia”. Os 85% restantes da população - segundo o autor, os que mais necessitavam da psicologia - estariam aliados da psicologia e seus benefícios. Conforme Mello (1975, p. 76), a psicologia se caracterizou em seu desenvolvimento inicial enquanto profissão regulamentada no país como uma “Psicologia de *elite*, para atender uma *elite* cultural e economicamente privilegiada”, uma “atividade de luxo” (p. 109). Havia, portanto, questionamentos sobre *a quem* a psicologia se destinava, ao mesmo tempo que feita *por quem*, afinal, os(as) psicólogos(as) em muito se assemelhavam com sua clientela: mormente mulheres, brancas, das frações médias da classe trabalhadora ou da pequena burguesia, concentrada em grandes centros urbanos do Sudeste. Com isso, a psicologia se colocava numa redoma em que seu indivíduo, em termos concretos de ação, prioritariamente referia-se a uma parcela mínima da população; no entanto, suas necessidades, modos de vida etc. acabavam por ser generalizados, transformados em sinônimo de humanidade - ou, ao menos, um *tipo ideal* -, num processo de universalização do particular. A partir disso, se colocava a necessidade de *deselitizar* e *democratizar* a psicologia, no sentido de ampliar seu alcance às maiorias populares. Cabe esclarecer que Martín-Baró utiliza frequentemente o termo *maiorias populares* ao se referir ao grosso da classe trabalhadora; aquela em condições mais pauperizadas e precárias de vida.

Contudo, uma das limitações de análises sobre o “elitismo” da psicologia é a focalização na clínica, quase que reduzindo a atuação profissional a ela. Mesmo que ela tenha sido a principal forma de atuação, não podemos desconsiderar outras, como a psicologia no mundo do trabalho e no âmbito escolar e educacional - conforme elucidado. Não fazendo isso, desconsideramos que as frações mais pauperizadas da classe trabalhadora, mormente negras, foram, sim, abarcadas pela psicologia, só que nos marcos também supracitados: disciplinarização, controle, ajustamento, segregação, psicopatologização etc. Se eram “excluídos” da clínica, o mesmo não acontecia pela psicologia nos chãos de fábrica, nas empresas, organizações, bem como escolas e contextos educacionais. Talvez até mais significativo para ilustrar esse

papel de “massas” da presença psi em tais campos, seja o peso que continuaram cumprindo, inclusive nas décadas seguintes, as práticas consolidadas ao longo do século no Brasil, como o psicodiagnóstico, aplicação de testes, avaliação de desempenho em empresas, atendimento a crianças com distúrbios de aprendizagem, predominantes mesmo em um quadro em que há diversificação de práticas e campos de inserção (GONDIM; BASTOS; PEIXOTO, 2010). Isso remete mais à sua funcionalidade na reprodução das sociedades dependentes do que a debates tecnicistas sobre a correção ou validade do instrumental.

Nesse íterim, um conjunto de disputas acerca das *políticas da profissão* se consolidaram, com os espaços institucionais da psicologia, como sindicatos, associações e sociedades profissionais, o Sistema Conselhos sendo disputados por grupos de psicólogos progressistas, críticos à hegemonia psi. De maneira específica, questionava-se o corporativismo e endogenia de tais entidades, seu caráter apolítico e despolitizador, e a pactuação com o regime instituído - inclusive, com militares ocupando posições de destaque -, sendo, pois, instrumentos estatais. Conforme Hur (2012), não é um mero acaso que tal atuação conservadora das entidades orientadas a regulamentar e orientar a profissão no país resultou no desenvolvimento abrupto do “prestígio” da profissão nos anos 1960 e 70.

Aliado a isso, a crítica na e à psicologia também foi ganhando força no âmbito acadêmico, por meio de disputas também teóricas, em decorrência do que foi caracterizado como *crise da psicologia* - mormente da psicologia social - e que se alastrou pela América Latina como um todo. Perspectivas alternativas, críticas à psicologia hegemônica foram sendo desenvolvidas, atreladas a movimentos de contestação e questionamento da ordem com fundamentações diversas (YAMAMOTO, 1987; LACERDA JR., 2013). As transformações pressupunham uma ampla revisão do edifício teórico-metodológico da psicologia, indo desde suas concepções hegemônicas de ser humano, mundo e sociedade, passando pelas formas como estas se expressavam na forma de conceitos, categorias e teorias e desaguavam em determinados tipos de práticas, com suas implicações concretas na vida dos indivíduos e dinâmica social.

Cabe ressaltar que tal *crise* também se dava em termos da empregabilidade (YAMAMOTO, 1987). Por um lado, houve um aumento vertiginoso de psicólogos(as) e da oferta de atendimentos, graças à ampliação do número de cursos - majoritariamente privados. Por outro, uma abrupta redução na demanda pela clínica - carro-chefe da psicologia - decorrente da crise econômica que se instaurou no país nos anos 1980 e que afetou sua população-alvo: os estratos médios da classe trabalhadora, pequena burguesia e burguesia *stricto sensu*. A psicologia encontrou-se, então, numa encruzilhada, passando a rever seu *locus* tradicional de prática, no intuito de ampliar possibilidades de atuação.

O debate sobre a função social da psicologia vai adquirindo novas nuances, perpassado por inúmeras contradições, mas com proposituras sobre um outro compromisso social da profissão, orientado às necessidades da classe trabalhadora e, nela, das frações mais pauperizadas e subalternas. Em consonância à correlação de forças e às mudanças no país, em especial as decorrentes do processo de *reabertura* gradual, lenta e gerenciada pelo alto do regime, a psicologia vai ampliando seu alcance social, chegando a indivíduos e grupos sociais até então alijados de sua *práxis*, especialmente a partir de sua inserção nas políticas sociais. Num importante exercício de síntese, Yamamoto (2009), sistematiza tal processo de mudança na profissão a partir de três vetores: (a) a reconfiguração e o redimensionamento estatal, com ampliação do campo de

inserção e trabalho a partir da Constituição, sobretudo com a implantação das políticas sociais de saúde, via Sistema Único de Saúde (SUS) e, posteriormente, da assistência social, com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS); (b) as contingências do mercado de trabalho da psicologia no contexto de crise econômica nos anos 1980, acarretando na retração da demanda pela clínica do país; (c) as disputas teórico-práticas, ideo-políticas atreladas a uma maior politização na profissão e à inserção de grupos psi em movimentos sociais, organizações políticas etc. De maneira convergente, a análise de Dimenstein (1998) sobre a ampliação da psicologia no SUS, destacou: (a) o contexto geral dos movimentos sociais desde o final dos anos 1970 e a (re)configuração das políticas sociais a partir do fim dos 1980; (b) a crise econômica dos anos 1980 e a retração do mercado da clínica privada, liberal-autônoma; (c) as críticas e as tentativas de redefinição da função social do(a) psicólogo(a); (d) a difusão da psicanálise, atrelando-se a uma dinâmica de psicologização e psicanalização da sociedade.

Temos, assim, uma maior popularização da psicologia ou, mesmo, o que algumas e alguns analisam enquanto democratização ou o rompimento com o “elitismo” da profissão (por exemplo, BOCK, 2009). Não negando que uma série de mudanças constituem avanços na profissão, muito menos discordando de que esta deve deixar de ser uma atividade de luxo para uma minoria privilegiada, gostaríamos de, com base na TMD, apreender algumas mediações e determinações frequentemente desconsideradas no âmbito das análises sobre as mudanças recentes da psicologia.

Rememorando Carla Ferreira e Mathias Luce (2012), Luce (2017) e Marini (2017), seriam três as leis gerais nos marcos do capitalismo dependente: as trocas desiguais, com transferência de valor da periferia ao centro; a superexploração da força de trabalho; e a cisão entre as fases do ciclo do capital (produção e circulação) e internamente às mesmas. Focaremos, mais uma vez, na última.

Ao compensar as perdas decorrentes da transferência de valor às formações sociais centrais do capitalismo, a superexploração da força de trabalho acaba por gerar uma profunda cisão entre os âmbitos de produção e circulação das mercadorias (bem como, também gera fissuras internas em ambas). Por um lado, temos que parte considerável da produção nacional é voltada para fora, isto é, para a exportação e sua consequente realização nos mercados estrangeiros. Cabe ressaltar que se trata, majoritariamente, de produtos de baixo valor agregado, matérias-primas, e que tendencialmente tem seu preço rebaixado no mercado mundial se comparados aos produtos industrializados dos grandes centros. Por outro lado, no que se refere ao mercado interno, o(a) trabalhador(a), cuja força de trabalho é superexplorada e, nisso, encontra-se em situações degradantes, acaba por se caracterizar enquanto contingente de baixo consumo, com o consumo individual do trabalhador não interferindo prioritariamente na realização do produto. Forja-se, nesse interregno, uma esfera de consumo de bens suntuários, quase que exclusivos às classes dominantes e seu poder de compra (MARINI, 2012; 2017).

A clínica, isto é, a prática psicoterápica, de caráter individual, privativa, nos moldes liberal-autônomo, caracterizou-se no desenvolvimento inicial da profissão, portanto, como um bem suntuário. Queremos, com isso, atentar para como a estrutura e a dinâmica de nosso capitalismo dependente e o padrão de reprodução do capital (OSORIO, 2012), atravessam e constituem o mercado psi e suas mercadorias, ao mesmo tempo que são conformados por eles. Considerando a cisão entre a esfera produtiva e a de circulação

de mercadorias, não é de se espantar que a mercadoria psicoterapia, a clínica como um bem suntuário, tenha se desenvolvido de maneira quase que restrita ao contingente de alto consumo referente à burguesia e estratos mais abastados da classe trabalhadora, sendo este o seu público-alvo. O desenvolvimento da profissão, ampliando o número de psicólogos(as) e, portanto, a oferta da mercadoria psicoterapia, acaba por resultar numa *capacidade ociosa* ou *superprodução* que não é acompanhada na esfera da circulação, isto é, pelo consumo e realização de tais mercadorias; afinal, se tratava de um bem suntuário, para poucos; o mercado era restrito.

Junto a isso, a dependência e a superexploração colocam outro limite objetivo a uma *popularização* dessa mercadoria, o *hiato entre o elemento histórico-moral do valor da força de trabalho e a remuneração* (LUCE, 2017). Marx (2013) analisou que o valor da força de trabalho corresponde ao valor de sua reprodução enquanto tal, ou seja, dos bens necessários para a manutenção e reprodução do(a) trabalhador(a) como capacidade disponível ao capital. Contudo, o que é considerado o conjunto de bens necessários é determinado pelo estágio das lutas de classes, ou, conforme Marx (2013), possui uma determinação histórico-moral; novas necessidades são geradas pelo próprio desenvolvimento histórico e bens outrora suntuários tornam-se bens necessários em certo cenário histórico. Ocorre que uma das formas de superexploração da força de trabalho nas economias dependentes é justamente a tendência a não incorporar esse elemento histórico-moral na conformação do salário, ou seja, aumenta-se o elemento histórico-moral - o conjunto das necessidades consideradas na cesta básica de consumo das classes -, sem aumento correspondente na renda da classe trabalhadora (MARINI, 2017b). Evidentemente, as classes dominantes utilizam de artifícios repressivos e/ou ideológicos para interferir nas lutas de classes de forma que tal elemento histórico-moral não componha efetivamente a cesta de consumo da classe trabalhadora, ou que possa compor mediante um aumento da sua superexploração (jornadas, horas extra etc.) ou endividamento (LUCE, 2017). Assim, ainda que se venha a considerar socialmente a psicoterapia como mercadoria desejável a acesso generalizado, ela tende a permanecer como bem suntuário em um país dependente por mecanismos objetivos da própria dependência.

Ainda assim, como tentativa de solução da crise do mercado psi, colocou-se a necessidade de *popularização* de suas mercadorias. A psicologia vai se *democratizando*, nos marcos de uma “democratização pelo consumo”, de estender suas mercadorias a novos consumidores, buscando novos nichos, bem como, resolver seu problema de empregabilidade. Não é por acaso que temos o fomento cada vez maior à psicoterapia como panaceia a todos os problemas da vida - inclusive, como forma de mistificar a própria determinação social do sofrimento, de despolitizá-lo, circunscrito a uma privatização, psicologização e psicopatologização (que anda de mãos dadas com a medicalização) da vida. Forja-se, nesse ínterim, toda uma demanda por serviços psicológicos, de modo que tal bem suntuário se converta em bem de consumo popular, acessível a todos(as), travestido de *democratização* da psicologia, mas sem que se questione que democratização é essa; que serve a quem. Cabe considerar ainda que a mercadoria-psicoterapia, cuja história de sua permeabilidade social se vincula a ciclos de favorecimento dos estratos médios da classe trabalhadora, faz dela uma mediação ideológica de um grupo social cujos interesses objetivos de classe não estão bem demarcados estruturalmente, oscilando conjunturalmente num sentido de defesa dos interesses

ora da classe trabalhadora, ora da burguesia. Como não se trata de uma fração inexpressiva nos rumos históricos, à burguesia é interessante uma mediação ideológica tal que ajude a despolitizar tais frações médias da classe trabalhadora, como é o caso das práticas psi hegemônicas no campo clínico, nos termos mencionados acima. Em outras palavras, ao transformar a vida social, suas contradições, os efeitos das relações de exploração e opressão sobre os sujeitos, em problemas de ordem subjetiva, em objeto de trato privado, a psicologia amplia enormemente o seu potencial de venda frente aos indivíduos marcados por tal realidade - afinal, o capitalismo é incansável na produção de sofrimento - contudo, ao fazer isso, respondem aos interesses da classe dominante na manutenção do *status quo*, suprimindo das intervenções, as mediações concretas presentes no sofrimento, seu caráter político, em setores que, ainda que não respondam pelo potencial mais essencial de ruptura com a ordem estabelecida, podem eventualmente se radicalizar e ajudar a pesar a balança para os enfrentamentos da massa da classe trabalhadora.

E mesmo isso - a “democratização pelo consumo” - não resolve o problema de empregabilidade na psicologia, afinal, o trabalho psi não está dissociado da dinâmica e das determinações do mundo do trabalho, não só em nosso capitalismo dependente, mas dele no atual estágio de desenvolvimento capitalista. Num marco de aprofundamento da precarização de vínculos e condições trabalhistas via ofensiva do capital e suas contrarreformas neoliberais, a psicologia não passará ilesa. Observamos no desenvolvimento do assalariamento da profissão cada vez mais psicólogos(as) submetidos(as) a condições precárias, como, por exemplo, relações com planos de saúde e contratantes que pagam abaixo de recomendações mínimas do Sistema Conselhos (CRP-SP, 2008), apropriando-se, pois, do fundo de consumo do(a) trabalhador(a) psi necessário à reposição de sua força de trabalho. Em vários casos, são empresas multinacionais estrangeiras, com remessas de lucros e dividendos para fora, ou brasileiras que se pautam na superexploração da força de trabalho psi como mecanismo de compensação, aumentando a lucratividade de seus donos ou acionistas. E tal cenário só tende a aumentar com a intensificação da crise, do desemprego e da informalidade, restringindo oportunidades de emprego e recrudescendo a competição entre psicólogos(as). Aliado a isso, a inserção da psicologia no âmbito das políticas sociais têm sido também precarizada e tolhida, via desmontes estatais no SUS, SUAS e demais políticas.

Ressaltamos que a *popularização* das mercadorias psi não significou uma redefinição da função social da psicologia, bem como de sua *práxis*, por mais que haja iniciativas nesse sentido - inclusive, fomentadas pelas entidades que regulamentam e orientam a profissão, como o Sistema Conselhos. Por exemplo, segundo Yamamoto (2012), a psicologia tem se orientado mais pela oferta de serviços do que pela construção de respostas a partir das necessidades das maiorias populares, o que iria requerer, novamente, uma ampla revisão e conjunto de mudanças ontológicas, epistemológicas, metodológicas e práticas tornando-se hegemônicas a ponto de conformarem um novo projeto ético-político.

Assim, a complexidade e concretude da *popularização* da psicologia nos leva a apreender suas múltiplas determinações ou, ao menos, nos aproximarmos o máximo possível disso, afinal, conforme Marx (2008, p. 258), o “concreto é concreto, porque é a síntese de múltiplas determinações, isto é, a unidade no diverso”. Por um lado, a ampliação da profissão e do seu alcance social, o seu maior contato e trabalho com populações pauperizadas e subalternizadas é reflexo de disputas, tensionamentos e críticas. Ademais, não só

produziram avanços na práxis *psi* e em nossa realidade, como são expressões de tais avanços. Contudo, considerando o caráter dialético do movimento do real e, nisso, as contradições da própria psicologia, o que é colocado por vezes de maneira romantizada como *deselitização* da profissão também compreende estratégias mercantis, corporativas para sanar a saturação do mercado tradicional *psi*; ações estas que podem, inclusive, ter em seu conteúdo, na sua essência, intuítos e consequências antagônicos ao que se põe na aparência fenomênica; ao invés de fomentar processos de fortalecimento e satisfazer necessidades objetivas e subjetivas das maiorias populares, se utilizam destas para satisfazer necessidades mercantis da psicologia, e, em última instância, de valorização do capital nos marcos de nosso capitalismo dependente. Que isso não seja compreendido como uma crítica personalista a psicólogos(as) que, enquanto classe trabalhadora, precisam vender sua força de trabalho para sobreviver, sobretudo num marco de ampliação do exército industrial de reserva - já agigantado - e que fundamenta seu desenvolvimento econômico na superexploração - fazendo com que muitos(as) precisem buscar mais de uma fonte de renda (DIEESE, 2016). Trata-se de um balanço das determinações concretas que limitam um eventual compromisso popular que as práticas *psi* em certos moldes possam ter e ajudam a desvelar o caráter mistificador de certos discursos sobre o “novo”, como o da *democratização* da profissão, acabando por aliviar tensionamentos da área sobre seu papel e redundando, ao fim e ao cabo, em despolitização. O “novo” nesse caso seria apenas alguns dos contextos e indivíduos abordados, mas cujo conteúdo, por mais que com roupagens - teórico-práticas - modernas, seria a “velha” função social da psicologia hegemônica e sua pactuação com o desenvolvimento de nosso capitalismo nos marcos da dependência.

Não queremos dizer que as mudanças recentes na profissão se deram apenas por isso, mas que também tais mediações e determinações não podem ser desconsideradas - como frequentemente o são. Novamente, não negamos os avanços na psicologia, apenas os colocamos em perspectiva, circunscritos à complexidade do movimento do real e suas contradições, de modo a não incorrer em romantizações acerca do seu desenvolvimento. A nosso ver, trata-se de rigor analítico, conforme alertou Marini (2017, p. 326): “[o] rigor conceitual e metodológico: a isso se reduz em última instância a ortodoxia marxista”.

### ***Psicologia contra a dependência?***

A partir do exposto, procuramos sintetizar nesta última seção alguns apontamentos para a superação da dependência na psicologia brasileira, desde o diálogo com a TMD. Trata-se de um esboço, um exercício inconcluso, não só por ser preliminar, mas porque se põe como um convite ao diálogo, a ser continuado, desenvolvido e aprimorado; uma construção permanente que diz respeito à própria psicologia enquanto processo vivo, ao invés de produto pronto, estático, afeita à dinâmica da realidade.

Historicamente, a fortuna da TMD esteve ligada a uma série de fatores, desde o combate e boicote ao marxismo nas universidades brasileiras ainda nos anos de sua maior força, aliado ao exílio de seus principais formuladores durante a ditadura empresarial-militar, até - e fundamentalmente por isso - a derrota histórica da classe trabalhadora no fim dos anos 1980 e os desdobramentos disso para a América Latina (NEFFA, 2021). Esse período é marcado pela queda do muro de Berlim e do bloco socialista, a acentuação

da direção reformista de partidos de esquerda na Europa - em muitos casos com o abandono declarado do marxismo como fonte de orientação e do socialismo como horizonte futuro, e em alguns uma guinada à direita mesmo -, o descrédito do marxismo, acusado em bloco pelos descaminhos históricos de experiências socialistas, além da ascensão da ideologia neoliberal e da ideia de que o capitalismo havia vencido definitivamente, provando ser o “fim da história”. Na América Latina, esse momento se expressa com o bombardeio e invasão do Panamá pelos Estados Unidos, a derrota da revolução Sandinista na Nicarágua, o Consenso de Washington e a imposição da agenda neoliberal para os Estados do continente, sobretudo ancorados na crise da dívida dos anos 1980, dentre outros fenômenos.

No plano intelectual, as tentativas de interpretar a realidade latino-americana por meio do instrumental marxiano e marxista também entram em crise, com muitos(as) pensadores(as) se distanciando de tal referencial ou sequer considerando qualquer valor heurístico que este ainda pudesse ter (CRUVINEL; LACERDA JR., 2020). Nessa vaga histórica e teórica, a TMD também perde força, e cresce nas ciências sociais e no meio político a noção da existência de uma *crise de paradigmas*, em que novos desenvolvimentos teóricos, muitos deles que devem seu edifício às concepções pós-estruturalistas e/ou pós-modernas. Categorias como *totalidade*, *sujeito revolucionário*, *consciência*, *classes sociais*, *dialética*, perdem espaço para noções como *subjetividade*, *multiplicidade*, *sujeito descentrado*, *narrativas*, entre outras.

Tal processo também teve efeito sobre a psicologia. Para além do quadro hegemônico já debatido ao longo deste texto, nas vertentes que se propunham a desenvolver propostas críticas à/na psicologia, temos uma penetração crescente de conceitos pós-estruturalistas, de inspiração irracionalista nietzscheana, muitas delas frontalmente críticas do marxismo, com o conceito de *subjetividade* ganhando certa centralidade (LACERDA JR., 2013). Logo, crescem as condenações às teorias totalizantes (marxismo, psicanálise), à razão moderna, à busca da verdade como horizonte do conhecimento, à concepção do Estado como instrumento de dominação de uma classe sobre outra, às lutas de classes como motor da história e ao próprio projeto revolucionário defendido por socialistas e comunistas. O mundo como múltiplas narrativas, os sujeitos descentrados e fluidos, as negociações intersubjetivas que produzem o real, os micropoderes e as microrresistências cotidianas, são cada vez mais tematizados. Atrelado a isso, conforme constatam Baima e Guzzo (2019), mesmo algumas das propostas e movimentos que, em tese, se orientam à *transformação social* têm passado por uma série de inflexões e recuos, com abrandamento da crítica ao máximo da crítica nos marcos da ordem - reiterando as máximas de *fim da história* e da vitória capitalista; em nosso caso, uma aceitação, mesmo que crítica, da dependência.

É também nessa vaga histórica que crescem os estudos pós-coloniais e decoloniais ou descoloniais. No plano intelectual, é possível dizer que se desenvolvem como resultado da própria crise do marxismo apontada e do dependentismo (TOLLEDO, 2021). Autores como Aníbal Quijano (2005), Ramón Grosfoguel (2007), entre outros, associaram a modernidade a um padrão de dominação regido pela *matrix colonial*, que é fundamentalmente eurocêntrica, branca, patriarcal, masculina, heterossexual, cis-gênero. Assim, denunciam os universalismos do pensamento europeu - que estariam presentes também, em certos aspectos, em Marx (GROSFOGUEL, 2007) - e estadunidense, que permanecem presentes mesmo após o fim formal dos vínculos coloniais, e que tomam suas realidades como referência universal, e, de forma a

contraporem-se, defendem os saberes situados nas margens, negados por essa matriz, e o pensamento de fronteira, “campo relacional constituído por diferentes intensidades, que se inter cruzam entre racionalidades coloniais, normativas, instituídas, bem como entre perspectivas periféricas, marginais e fugitivas” (CARVALHAES; LIMA, 2020, p. 60).

Essa perspectiva dialoga com nosso tema, pois se propõe justamente a fazer uma crítica ao colonialismo que marca os saberes ocidentais, pois fundados em tal matriz, e discutir os problemas dos grupos oprimidos por tal matriz colonial *desde o sul global*, notadamente a América Latina. De certa forma, trata-se de uma crítica da dependência, porém, a tematização do *colonialismo* e da *colonialidade do poder, do ser, do saber*, é tratada como um problema de *lugar epistêmico*, de *sujeito de enunciação* (FAUSTINO, 2015), de uma *geopolítica do conhecimento* (GROSFOGUEL, 2007), que remetem a alguns dos fundamentos do pós-modernismo, como a ideia de uma realidade construída pelos discursos de sujeitos localizados, negando a possibilidade de conhecimento objetivo da realidade e a possibilidade de um discurso racional que não remeta necessariamente a relações de poder (FARIAS; CAMPOS, 2021). Assim, a modernidade e o colonialismo (e a dependência, ainda que não usem a categoria) são interpretados por meio de um *epistemologismo*, em que certa narrativa impõe e subjuga outros saberes/culturas/povos. A partir desse referencial, a psicologia brasileira tem sido também denunciada por seu caráter colonizado, dominada por discursos oficiais de uma ciência ocidental, eurocêntrica, branca, patriarcal, heteronormativa (CARVALHAES; LIMA, 2020). Dessa forma, o caminho para promover fissuras nessa colonialidade se encontra na “possibilidade de engendramos saberes periféricos atentos às nossas particularidades, às vozes do nosso povo” (CARVALHAES; LIMA, 2020, p.67).

Nessa forma de interpretar a subjugação dos povos latino-americanos e os efeitos disso no próprio campo da produção de conhecimento, o que desaparecem são os nexos materiais concretos que organizam a dominação, ou seja, as legalidades da reprodução do modo de produção capitalista, suas categorias e mediações fundamentais, além das determinações próprias da realidade latino-americana inserida nos marcos de um desenvolvimento desigual e combinado. Se é o ser social que determina a consciência, não é o eurocentrismo (patriarcal, branco etc.) que explica as relações de dominação da Europa-Estados Unidos sobre os países periféricos, mas o próprio desenvolvimento capitalista, com o colonialismo dos séculos XVI e XVII e o imperialismo como etapas desse desenvolvimento, do próprio ser social vindo-a-ser, que explica o eurocentrismo como conjunto de ideias dominantes e dominadoras, o racismo estrutural e estruturante das realidades de capitalismo dependente e periférico, o patriarcado como ideologia da família nuclear burguesa, e outras formas de consciência que são expressões de consciência necessárias ao espraiamento dessas relações sociais de produção e que, por sua vez, são formas de consciência que repõem essa realidade legitimando-a, numa interação dialética objetividade-subjetividade. Ironicamente, como aponta Andrade (2021), a concepção de matriz colonial, esse sistema mundo ocidentalizado/cristianocêntrico moderno/colonial capitalista/patriarcal (GROSFOGUEL, 2007), padece da abstração universalista de que Marx é acusado, pois não apanha as determinações desses elementos em cada realidade concreta. O método de Marx nos permite justamente conectar universalidade, particularidade e singularidade, articulando

dialeticamente os diferentes níveis de abstração (ou concretude), sem perder os nexos dinâmicos entre esses níveis, tanto nas determinações dos sujeitos históricos de cada realidade - em suas marcas das relações de classe, gênero, raça, etnia -, como das relações sociais de produção particularizadas, como é o caso das categorias da dependência.

Portanto, a crítica e a superação do caráter *colonizado* da psicologia brasileira, sobretudo em termos de seu mimetismo à psicologia produzida nos grandes centros capitalistas e sua função social de desenvolvimento da dependência - conforme nossa caracterização, uma psicologia dependente - não passam por movimentos de negação da totalidade, desde análises que acabam por incorrer em particularismos e relativismos históricos e culturais, epistemologismos, dissociando o desenvolvimento da psicologia do contexto no qual ela se faz psicologia e, particularmente, psicologia dependente, a saber: do capitalismo dependente e do modo de produção capitalista, cujo desenvolvimento desigual e combinado é expresso na América Latina e na sua psicologia, por meio do desenvolvimento do subdesenvolvimento; a *dialética da dependência* na e pela psicologia (COSTA; MENDES, 2021).

Como discorre Bambirra (2019, p. 33),

O capitalismo na América Latina se desenvolveu dentro do contexto de expansão e evolução do capitalismo mundial. Em função disso, formas específicas que, sem negar as leis gerais do movimento do sistema, configuraram no continente tipos específicos de capitalismo dependente, cujo caráter e modo de funcionamento estão intrinsecamente conectados à dinâmica que assume historicamente o capitalismo dos países centrais

Sendo essa a dinâmica de produção e desenvolvimento da psicologia brasileira, esta tende não apenas a expressá-la nas suas especificidades de disciplina parcelar do conhecimento e profissão, como a conforma. A dependência enquanto *forma específica* da psicologia brasileira hegemônica, não nega a dinâmica e leis gerais do movimento do sistema, mas, ao contrário, diz do seu *modo de funcionamento*. Logo, a superação da mesma não se dará por uma negação da totalidade; não virá por um movimento de uma *psicologia autóctone*, por mais que seja necessário numa análise histórico-estrutural, sincrônica e diacrônica, romper com apagamentos históricos, fatalizações objetivo-subjetivas, resultantes de nossa condição subordinada que deita suas raízes na colonização e estruturas exploratórias e opressivas decorrentes.

Resgatamos aqui a crítica de María Milagros López (1985), ao que ela denominou de *psicologia do coquí*. Porto-riquenha, faz menção ao *coquí*, um sapo nativo de Porto Rico, para criticar certas produções que ensejavam a construção de uma *psicologia nacionalista* como resolução dos problemas da própria psicologia. Com isso, a ruptura com o seu caráter colonizado se daria simplesmente pela negação do que vem de fora, justamente por ser de fora, com a aceitação do que vem de dentro, por ser de dentro. As condições concretas de existência dos sujeitos e suas realidades, os antagonismos de classes - bem como de raça e gênero - e as próprias clivagens não apenas *inter*, mas *intra*classes são apagadas ou essencializadas por meio de noções genéricas e abstratas de povo, nação; o próprio porto-riquenho aparecia monoliticamente quase que como entidade sacralizada. Muito menos, são considerados os projetos ético-políticos da psicologia e como estes se filiam a projetos societários distintos, com a autora alertando como determinadas posturas *nacionalistas* foram produzidas e/ou manejadas historicamente pelas classes dominantes para a reprodução da dominação à classe trabalhadora. Segundo López (1985, p. 75):

A psicologia do coquí é para mim um obstáculo no desenvolvimento de uma responsabilidade social alternativa, porque desfoca o problema da responsabilidade social que há de se assumir e transforma o problema em um simples daqui e de lá

Não negamos com isso a *questão nacional*. Pelo contrário, a própria TMD já significa uma forma de se debruçar sobre ela em um marco de análise totalizante e da *práxis* revolucionária. A dependência enquanto condição comum dos países latino-americanos representou, aliás, um movimento analítico em um nível menos elevado de abstração - e, portanto, mais concreto - que o operado por Marx na apreensão das leis gerais (tendências) do modo de produção capitalista. No próprio bojo da TMD, foram sendo desenvolvidas análises para a aprimorar esse movimento dialético de transição constante entre níveis mais elevados e abstratos para menos elevados e mais concretos, concernentes às particularidades das formações sociais latino-americanas. e vice-versa. Como exemplos, citamos: as análises de Marini (2012) sobre o ciclo do capital e de Jaime Osorio (2012) sobre os padrões de reprodução do capital no capitalismo dependente; os tipos de capitalismo dependente (tipo A e tipo B) na análise de Bambirra (2019); e, num nível ainda mais concreto, referente a uma formação social singular, única, o conceito de Padrão de Desenvolvimento Capitalista (PDC) de Luiz Filgueiras (2018). Mais recentemente também, temos importantes exercícios que vão na direção de melhor apreender a concretude da classe trabalhadora no capitalismo dependente brasileiro e seus antagonismos de classe, raça, etnia e gênero (p. ex.: GOUVÊA; MASTROPAOLO, 2019; FERREIRA; FAGUNDES, 2021, dentre outros).

Ademais, vale o lembrete metodológico de Marx (2008), de que não é o mais simples que explica o mais complexo - com tais noções aqui não implicando nenhum juízo de valor, mas simplesmente referindo-se à própria realidade que é processual, movimento. Não é nossa gênese capitalista colonial que simplesmente explica nossa condição presente. Se assim o fosse, teríamos uma história a-histórica, um determinismo em que fomos definidos, por exemplo, em 1500 e assim devemos padecer eternamente, não havendo o que mudar ou transformar. Como explicar, por exemplo, os casos de países que não apenas romperam com a colonização, por meio de revoluções de caráter nacional, rompendo com suas condições de subordinadas ou que, com isso, acabaram - e continuam - sendo retaliados pelas potências imperialistas -, como o caso de Cuba. Por outro lado, em hipótese alguma isso significa negar o papel desempenhado pela colonização e pelo colonialismo em nossa história, na nossa condição subordinada e dependente. Ao contrário, o mais simples está contido no mais complexo, no mais desenvolvido, em decorrência do próprio movimento histórico, em que a ação humana, ao produzir a realidade e a si mesma, vai a complexificando-a, remodelando e/ou adicionando mais mediações, lidando com um número maior de determinações. De modo a evitar ruídos em nossa comunicação, esperamos ter deixado claro no trabalho que assinalar que o capitalismo dependente brasileiro abarca a organização e relações de produção pretéritas, também não significa negar a necessidade da análise histórica, muito menos incorrer em presentismos. Queremos alertar que, não tendo isso em mente, o exercício de crítica e tentativa de superação da dependência na/da psicologia pode se orientar a irrealismos de retorno ao passado para a reconstrução do passado no presente - como se isso fosse possível -, e um passado fetichizado, essencializado; ou, mesmo, resultando em anacronismos, ao desconsiderar que as próprias categorias são “produto de condições históricas, e não

possuem plena validade senão para essas condições e dentro dos limites dessas mesmas condições” (MARX, 2008, p. 264). Lembremos do alerta que nos fez Frantz Fanon (1980) - psiquiatra e revolucionário martinicano, que lutou pela libertação nacional da Argélia -, de que esse retorno à tradição possui importância subjetiva, mas “dá a impressão de que a mediação se vinga substancializando-se” (p. 46), e ao sair “desses esposais apaixonados”, é que se decide “com conhecimento de causa, lutar contra todas as formas de exploração e de alienação do homem” (p. 47).

Cabe à psicologia brasileira, no ensejo de superar sua própria dependência, sair de si enquanto disciplina parcelar do conhecimento historicamente autocentrada. Primeiramente, isso requer que os seus temas de estudo e trabalho e a forma como os estuda e trabalha, isto é, o seu método, sejam condizentes com o próprio movimento da realidade, como ela se produz, afinal, as próprias categorias “exprimem formas de vida, determinações de existência” (MARX, 2008, p. 265). Há aqui um apelo pelo abandono de interpretações que naturalizem, essencializem, psicologizem o real, mas que se parta dos problemas reais das maiorias populares latino-americanas. Aliado a isso, como não basta apenas conhecer e explicar a realidade, mas transformá-la, é necessário que este exercício autocrítico se pautem pelas necessidades da classe trabalhadora, “do estômago ou da imaginação” (MARX, 2013, p. 113), ao mesmo tempo que a pertinência de seus postulados seja avaliada pela capacidade explicativa e de apreensão da realidade (mesmo que em alguns casos aproximativa), mas também - e sobretudo - pelas consequências concretas de sua *práxis*, rompendo com quaisquer ingenuidades ou mistificações acerca de uma ciência e profissão neutra, imparcial, de um conjunto de técnicas destituídas de valores, sem negar o rigor metodológico e tomando a *práxis* como critério de verdade. Mais uma vez, recorrendo a Bambirra (2019, p. 223), “[n]a América Latina, vivem-se, portanto, momentos cruciais nos quais as alternativas contempladas pela ciência são postas à prova pela luta política das classes sociais em confronto”. Assim, um projeto de *popularização* e *democratização* da psicologia, por mais que não passe ileso das determinações da sociabilidade na qual encontra-se inserida, deve se nutrir dos subsídios das lutas sociais, dos esforços cotidianos de a classe trabalhadora libertar-se de sua condição desumanizante, incorporando-os às trincheiras teóricas, metodológicas e práticas da psicologia na forma de armas da crítica que retornem a tais chãos históricos, contribuindo para a produção de críticas das armas; um movimento *de fora para dentro* da psicologia - e para fora; de *baixo para cima*. Conforme Marx (2012, p. 32): “De cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades!”.

Felizmente, o próprio campo psi também nos abastece com exemplos históricos que, retomados em sua profundidade, podem inspirar novas *práxis*. Esse é o caso da *psiquiatria anticolonial* de Frantz Fanon, que, percebendo estar dentro de um momento real de “exigência de um realismo revolucionário” (FANON, 2021, p. 45), decidiu abandonar sua função de agente da psiquiatria colonialista para tomar parte na luta. Ou mesmo dos italianos Franco Basaglia e Franca Ongaro Basaglia, que partiram da crítica da instituição manicomial e da ideologia psiquiátrica, mas reconhecendo que “em nosso campo, para lutar contra os resultados de uma ciência ideológica, é preciso lutar para mudar o sistema que a sustenta” (BASAGLIA, 2010, p. 69), e buscando a todo instante estabelecer uma articulação entre a luta pela destruição dos manicômios com as outras expressões das lutas de classe de seu tempo e lugar. Igualmente, o já mencionado Martin-Baró, que colocou sua psicologia, por um lado, na crítica da psicologia de seu tempo, mas sobretudo

ao lado da luta dos oprimidos de El Salvador contra a ditadura instalada com suporte estadunidense em seu país. No Brasil, também podemos citar movimentos no âmbito da Psicologia Social Comunitária, por mais que estes também não se deem sem suas próprias contradições, inclusive, em termos de recentes inflexões políticas (BAIMA; GUZZO, 2019).

Neste processo, é também recomendável buscar aportes em outros campos do saber-fazer, com todos os cuidados para não cair num *ecletismo*, conforme alerta de Marini (2017a), minimizando as sequelas da parcialização e (hiper)especialização da realidade e seu conhecimento da divisão intelectual acadêmica. Buscamos exemplificar isso com o próprio movimento aqui construído, demonstrando, a partir dos subsídios da TMD e, em extensão, da tradição marxista no pensamento social e político latino-americano, como é possível não só potencializar a análise (crítica) do que a psicologia brasileira hegemonicamente tem sido - e do que não tem sido -, como, numa relação dialética, superá-la, em termos do que ela pode ser. A partir do exemplo, acreditamos ter atestado não só a pertinência da TMD, mas de Marx, do materialismo histórico-dialético, da teoria social marxiana e sua crítica da economia política.

Saindo de si, nos marcos supracitados, acreditamos que esteja mais próxima a “contribuir para o desenvolvimento social dos países latino-americanos” (MARTÍN-BARÓ, 2011, p. 189), o que “não é uma tarefa simplesmente teórica, mas, primeira e fundamentalmente, uma tarefa prática” (p. 190). Não adianta, pois, uma ampla reformulação em seus marcos teóricos, se estes não expressam teoricamente a realidade e se voltam à transformação da mesma. Ao mesmo tempo, uma *práxis* transformadora não será possível, sem uma teoria que a sustente; uma teoria que se contenta em expressar de maneira a justificar e naturalizar a realidade tal como ela tem sido, ao invés de questioná-la em termos do que não tem sido e o que pode ser. É nestes marcos que Martín-Baró (2011) constrói sua proposta de *Psicología da Libertação* que, mesmo eclética, coaduna com o movimento aqui colocado de superação da dependência na psicologia. Para o autor, tal projeto ético-político de psicologia é constituído por três elementos: um novo horizonte, uma nova epistemologia (que, a nosso ver, deriva de uma crítica ontológica radical) e uma nova *práxis*. Afinal, “se a Psicologia latino-americana quer se lançar pelo caminho da libertação, ela tem que romper com a sua própria escravidão” (p. 190). Ou seja, se a psicologia brasileira quer se lançar pelo caminho de superação de nossa dependência, de nosso capitalismo dependente, e se orientar à emancipação humana, ela tem que romper com a sua própria dependência.

Ao mesmo tempo, tal dependência da e na psicologia é uma manifestação nas especificidades da psicologia de nosso capitalismo dependente, que tem nela produto e produtora. Sendo assim, a superação da dependência da/na psicologia brasileira deve estar orientada à superação de nosso capitalismo dependente e do capitalismo como totalidade social e seu caráter imanentemente desigual. E, de acordo com Borón (2008, p. 20):

Hoy, luchar contra la dependencia exige buscar algún mecanismo para reactivar, organizar y concientizar a los sectores populares, que son los que pueden impulsar un cambio, porque, en este modelo de capitalismo dependiente y subdesarrollado hay clases y sectores sociales que la pasan muy bien y no serán ellos quienes van a luchar para poner fin a esta situación.

A nosso ver, tais esforços reiteram a proposta de *Psicologia da Libertação* de Martín-Baró (2011), cujo novo horizonte e novas epistemologia e *práxis* apontam para três tarefas urgentes à psicologia latino-americana: (a) a recuperação da memória histórica; (b) a conscientização e a desideologização - no sentido de desmistificar a mistificações do sistema - como horizontes do *quefazer* psi; e (c) a potencialização das virtudes das maiorias populares, por meio de uma *práxis* que tome as necessidades da classe trabalhadora como suas, isto é, que tome partido do conjunto dos explorados e oprimidos, enquanto sujeito histórico a se libertar dos grilhões objetivos e subjetivos que o aprisiona. Se a superação da dependência na psicologia se concretiza integralmente com a superação de nossa condição dependente, isto é, o socialismo como alternativa ao capitalismo dependente, pensar a pertinência e atualidade das três tarefas colocadas à psicologia por Martín-Baró (2011), adquire um caráter de ainda mais urgência, sobretudo quando consideramos o aguçamento da crise do capital e seu desenvolvimento cada vez mais destrutivo e barbárico. Não que seja a psicologia em si o agente revolucionário, apesar de o(a) psicólogo(a) ser classe trabalhadora, mas como ela pode contribuir na sua *práxis* para tal empreitada emancipatória, sem negar sua condição enquanto ciência (parcelar) e profissão e consequentes limitações e contradições, mas também saindo de si como apontamos. Por mais que tal afirmação seja banal para a tradição marxista, não o é para a psicologia (a que se põe como crítica, inclusive), necessitando de ser reforçada - como a própria existência do presente trabalho justifica.

### **Referências:**

- ALBRECHT, D. **Movimentos contra os manicômios e lutas de classes no Brasil e na Itália.** 2019. Um estudo sobre consciência e estratégia. Orientador: Mauro Iasi. 560f. Tese de Doutorado – Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.
- ANDRADE, A. R. Marxismo eurocêntrico? Elementos para uma resposta ao decolonialismo antimarxista, **REBELA**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 192-218, 2021.
- ANTUNES, M. A. M. A consolidação da psicologia no Brasil (1930-1962): sistematização de dados e algumas aproximações analíticas. **Psic. da Ed.**, São Paulo, v. 22, p. 79-94, 2006.
- ANTUNES, M. A. M. **A psicologia no Brasil: leitura histórica sobre sua constituição.** São Paulo: EDUC, 2014.
- BAIMA, L. S; GUZZO, R. S. L. Psicologia e questão social: considerações sobre projetos políticos da Psicologia Comunitária ao longo de sua trajetória histórica no Brasil. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 19, n. 44, p. 65-77, 2019.
- BAMBIRRA, V. Liberación de la mujer y lucha de clases. **Revista Punto Final**, Santiago de Chile, n. 151, p. 10-15, 1972.
- BAMBIRRA, V. **O capitalismo dependente latino-americano.** Florianópolis: Insular, 2019.
- BASAGLIA, F. Apresentação a Che cos' è la psiquiatria? In: AMARANTE, P. (org.). **Escritos Seleccionados em saúde mental e reforma psiquiátrica.** Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 61-72.
- BOCK, A. M. B. Psicologia e sua ideologia: 40 anos de compromisso com as elites. In A. M. B. Bock. (org.). **Psicologia e o compromisso social.** São Paulo: Cortez, 2009. p. 15-28.
- BOECHAT, F. M. A Psicologia Brasileira nos Ciclos Democrático-Nacional e Democrático-Popular. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 37, n. esp., p. 57-70, 2017.
- BORÓN, A. Teoría(s) de la dependencia. **Realidad económica**, Buenos Aires, v. 238, p. 20-43, 2008.

- BOTOMÉ, S. P. A quem nós, psicólogos, servimos de fato? In: YAMAMOTO, O. H.; & COSTA, A. L. F. (Orgs.). **Escritos sobre a profissão de psicólogo no Brasil**. Natal: EDUFRN, 2010. p. 169-202.
- BRASIL. **Parecer nº 412**. Brasília: Ministério de Educação e Cultura, 1957. Disponível em: <http://abepsi.org.br/wp-content/uploads/2011/07/1957-parecer412.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2022.
- BRASIL. **Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962**. Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. Brasília: Presidência da República, 1962. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/l4119.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4119.htm). Acesso em: 13 jan. 2022.
- CARCANHOLO, M. (Im)Precisões sobre a categoria superexploração da força de trabalho. In: ALMEIDA FILHO, N. **Desenvolvimento e dependência**: cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: IPEA, 2013. p. 71-98
- CARVALHAES, F. F.; LIMA, A. B. Contemporaneidade e decolonialismo: notas para uma práxis crítica e situada para a Psicologia Social. **Espaço Acadêmico**, Maringá, n. 223, p. 58-70, 2020.
- CASTRO, A. C.; FACCHINETTI, C.; PORTUGAL, F. T. Técnicas, saberes e práticas psicológicas na Primeira República (1889-1930). **Psicol. estud.**, Maringá, v. 23, p. 3-12, 2018.
- COIMBRA, C. B. Práticas “psi” no Brasil do “milagre”: algumas de suas produções. **Mnemosine**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 0, p.48-52, 2004.
- CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO. **A psicologia na saúde suplementar**: Aspectos regulatórios. São Paulo: CRP-SP, 2008.
- COSTA, P. H. A.; MENDES, K. T. A miséria da psicologia brasileira: subordinação ao capital e colonização-dependência. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del-Rei, v. 16, n. 2, e-4113, 2021.
- CRUVINEL, L. M. P.; LACERDA JR., F. O Marxismo na História da Psicologia: Um estudo no periódico Mnemosine. **Mnemosine**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 525-544, 2020.
- DIEESE. **Levantamento de informações sobre a inserção dos psicólogos no mercado de trabalho brasileiro**. Relatório Final. São Paulo: DIEESE, 2016.
- DIMENSTEIN, M. D. O psicólogo nas Unidades Básicas de Saúde: desafios para a formação e atuação profissionais. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 3, n. 1, p. 53-81, 1998.
- FANON, F. **Em defesa da Revolução Africana**. Lisboa: Sá da Costa, 1980.
- FANON, F. **Escritos Políticos**. São Paulo: Boitempo, 2021.
- FARIAS, T. M.; CAMPOS, H. R. Psicologia e Ontologia: fundamentos para uma reflexão crítica sobre a produção de conhecimento. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 32, p. 1-10, 2021.
- FAUSTINO, D. M. **“Por que Fanon? Por que agora?”**: Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil. 2015. Orientador: Valter Roberto Silvério. 260f. Tese de Doutorado – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.
- FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Contracorrente, 2020.
- FERREIRA, C.; LUCE, M. S. Introdução. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. S. (Orgs.). **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da Teoria Marxista da Dependência. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 9-20.
- FERREIRA, C. C. C.; FAGUNDES, G. G. Dialética da questão social e a unidade classe, gênero e raça. **Temporalis**, Brasília, v. 21, n. 42, p. 62-76, 2021.
- FILGUEIRAS, L. A. M. Padrão de Reprodução do Capital e capitalismo dependente no Brasil atual. **Caderno CRH**, Salvador, v. 31, n. 84, p. 519-534, 2018.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. O Instituto de Seleção e Orientação Profissional da Fundação Getúlio Vargas. **Arquivos Brasileiros de Psicotécnica**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 7-16, 1949.
- GONDIM, S. M. G.; BASTOS, A. V. B.; PEIXOTO, L. S. A. Áreas de atuação, atividades e abordagens teóricas do psicólogo brasileiro. In: BASTOS, A. V. B.; GONDIN, S. M. G. (Orgs.). **O trabalho do**

**psicólogo no Brasil:** um exame à luz das categorias da psicologia organizacional e do trabalho. Porto Alegre: Artmed, p. 174-199, 2010.

GOUVÊA, M. M.; MASTROPAOLO, J. **Capitalismo, racismo, patriarcado, dependência:** por uma teoria unitária materialista, histórico-dialética. In: MARX E O MARXISMO 2019: Marxismo sem tabus - Enfrentando opressões, 2019. Anais do Seminário Internacional Marx e o Marxismo 2019: Marxismo sem tabus - Enfrentando opressões. Niterói: NIEP.

GROSGOUEL, R. Descolonizando los universalismos occidentales: el pluriversalismo transmoderno decolonial desde Aimé Césaire hasta los zapatistas. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (orgs.). **El Giro Decolonial:** Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre, p. 63-77, 2007.

HUR, D. Políticas da Psicologia: Histórias e Práticas das associações profissionais (CRP e SPESP) de São Paulo, entre a ditadura e a redemocratização do país. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 69-90, 2012.

IANNI, O. **A ditadura do grande capital.** São Paulo: Expressão Popular, 2019.

LACERDA JR., F. Capitalismo dependente e a psicologia no Brasil: das alternativas à psicologia crítica. **Teoría y crítica de la psicología**, v. 3, p. 216-263, 2013.

LÓPEZ, M. M. Prometeo encadenado. Los obstáculos que confrontan los psicólogos para asumir una responsabilidad social alterna. **Revista Puertorriqueña de Psicología**, San Juan, v. 3., n. 1, p. 65-76, 1985.

LUCE, M. S. **Teoria Marxista da Dependência:** problemas e categorias – uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II.** São Paulo: Boitempo, 2013.

MARINI, R. M. Estado y crisis en Brasil. **Cuadernos Políticos**, México, n. 13, p. 76-84, 1977.

MARINI, R. M. O ciclo do capital na economia dependente. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. S. (orgs.). **Padrão de reprodução do capital:** contribuições da Teoria Marxista da Dependência. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 21-35.

MARINI, R. M. Dialética da Dependência. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 3, p. 325-356, 2017a.

MARINI, R. M. **Subdesenvolvimento e revolução.** Florianópolis: Insular, 2017b.

MARTÍN-BARÓ, I. Para uma psicologia da libertação. In: GUZZO, R. S. L.; LACERDA, JR., F. (orgs.). **Psicologia social para América Latina:** o resgate da psicologia da libertação. Alínea, 2011. p. 101-120.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **Crítica do Programa de Gotha.** São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, K. **O Capital.** Livro 1. Crítica da economia política. O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **O Capital.** Livro 3. Crítica da economia política. O processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.

MELLO, S. L. **Psicologia e profissão em São Paulo.** São Paulo: Ática, 1975.

NEFFA, J. C. Prólogo. In: TOLLEDO, E. G. (org.). **Crítica de la razón neocolonial.** Buenos Aires: CLACSO, p. 9-15, 2021.

OSORIO, J. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. S. (orgs.). **Padrão de reprodução do capital:** contribuições da Teoria Marxista da Dependência. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 37-86.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 117-142, 2005.

SANTOS, T. dos. **Socialismo ou fascismo: O novo caráter da dependência e o dilema latino-americano.** Florianópolis: Insular, 2019.

SERVIÇO DE SELEÇÃO E ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL. **Noticiário.** Solenidade de Inauguração. Belo Horizonte: SOSP, 1950.

TOLLEDO, E. G. Introducción. In: In: TOLLEDO, E. G. (org.). **Crítica de la razón neocolonial.** Buenos Aires: CLACSO, p. 17-21. 2021.

YAMAMOTO, O. H. **A crise e as alternativas da psicologia.** São Paulo: Edicon, 1987.

YAMAMOTO, O. H. Questão social e políticas públicas: revendo o compromisso da Psicologia. In: BOCK, A. M. B. (Org.). **Psicologia e o compromisso social.** São Paulo: Cortez, 2009. p. 29-36.

YAMAMOTO, O. H. 50 anos de profissão: responsabilidade social ou projeto ético-político? **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 32, n. esp., p. 6-17, 2012.

---

### *Notas*

<sup>1</sup> Doutor em Psicologia. Docente no Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6035950598297383>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2404-8888>. E-mail: [phantunes.costa@gmail.com](mailto:phantunes.costa@gmail.com).

<sup>2</sup> Doutor em Psicologia. Docente no Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1403676057443123>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0365-0116>. E-mail: [tadeumattos@gmail.com](mailto:tadeumattos@gmail.com).

<sup>3</sup> O autor sintetiza a miséria da psicologia em três principais características: mimetismo cientificista, ausência de psicologia adequada e seu dogmatismo provinciano. Não é nosso intuito aprofundar seus postulados. Para uma análise mais detalhada sobre o caráter de dependência da psicologia brasileira, a partir da análise *baroniana*, ver: Costa e Mendes (2021).

Recebido em: 09 de fev. 2022

Aprovado em: 05 de abr. 2022